



Ao Exmo. Deputado Arthur Lira
Presidente da Câmara dos Deputados

- i. Considerando a necessidade de fluxos de recursos financeiros para ações, projetos e programas visando o enfrentamento às mudanças do clima, o fomento à prosperidade, a superação da fome e da pobreza, e a promoção da dignidade humana;
- ii. Considerando a urgência apontada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), endossada pelo Secretário Geral das Nações Unidas e líderes da União Europeia e dos governos dos Estados Unidos, Alemanha, China, e Reino Unido;
- iii. Considerando que há grande expectativa sobre a 26ª Conferência das Partes (COP26), em Glasgow, sobre a regulamentação do Artigo 6º do Acordo de Paris, que trata da precificação do carbono;
- iv. Considerando que a transição para uma economia de baixo carbono depende do avanço e sucesso dessa negociação;
- v. Considerando que o Brasil tem historicamente um grande protagonismo na negociação dos acordos climáticos desde a Rio-92; a destacar: Quioto (COP3), Copenhague (COP15) e Paris (COP21);
- vi. Considerando que é do interesse nacional reposicionar o Brasil entre as lideranças globais nas negociações internacionais sobre as mudanças do clima e o impulso a uma economia sustentável, especialmente valorizando ativos socioambientais e a proteção e regeneração da Amazônia;
- vii. Considerando o congelamento do Fundo Amazônia para novos aportes a atividades de conservação, bioeconomia, comando e controle.
- viii. Considerando o conteúdo dos debates realizados no âmbito do evento "Amazônia Legal na COP26", realizado em Manaus em 04 de outubro, numa parceria entre Centro Brasil no Clima (CBC), Instituto Clima e Sociedade (iCS), Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e Instituto Talanoa;

Os Governadores signatários desta Carta manifestam apoio ao Projeto de Lei nº 528 de 2021, recomendando sua aprovação em caráter de urgência pela Câmara dos Deputados, previamente à COP26, bem como subsequente aprovação pelo Senado Federal.

A aprovação deste Projeto de Lei permitirá, no curto e médio prazos:

1. Aumentar a competitividade da economia brasileira no cenário internacional, a partir de um ambiente de negócios cada vez mais favorável e baseado nos conceitos de sustentabilidade e ESG (Environmental, Social and corporate Governance), especialmente no setor do Agronegócio;
2. Aumentar a ambição e as contribuições do Brasil nos esforços para limitar o aumento de temperatura média global em 1,5°C, fomentando a ação local para implementação da NDC;



3. Pressionar o aumento das ambições dos demais países, principalmente as maiores economias membros da OCDE, para não ultrapassarmos o aumento de temperatura média global em 1,5°C;
4. Criar consenso e convergência entre demandas de mercados internacionais e fortalecer as vantagens competitivas do setor exportador brasileiro no mercado global;
5. Consolidar o cenário de mercado de carbono regulado, alinhado entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais, e considerando salvaguardas socioambientais dos povos originários, populações tradicionais e assentamentos rurais;
6. Fomentar a criação e fortalecimento de mecanismos de financiamento para a ação climática na Amazônia e nos demais Biomas do Brasil.

Contamos com o apoio de Vossa Excelência, ao tempo em que agradecemos os esforços e o engajamento do Congresso Nacional nesta temática de enorme relevância para o futuro do Brasil e da humanidade.

Atenciosamente,

Wilson Lima
Amazonas

Waldez Góes
Amapá

Camilo Santana
Ceará

Renato Casagrande
Espírito Santo

Ronaldo Caiado
Goiás

Flávio Dino
Maranhão

Mauro Mendes
Mato Grosso

Reinaldo Azambuja
Mato Grosso do Sul

Romeu Zema
Minas Gerais

Helder Barbalho
Pará

João Azevêdo
Paraíba

Carlos Roberto Massa Junior
Paraná

Paulo Câmara
Pernambuco

Wellington Dias
Piauí

Cláudio Castro
Rio de Janeiro

Eduardo Leite
Rio Grande do Sul

João Doria
São Paulo

Belivaldo Chagas
Sergipe